

X Encontro Estadual da ANPAE-ES IV Reunião Estadual da ANFOPE

Gestão, Formação e Currículo Por uma Agenda Democrática

SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES): AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E ACESSIBILIDADE

Josefa Matias Santana¹

Itamar Mendes da Silva²

Introdução

A proposta do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) tem como características básicas: a avaliação institucional como centro do processo avaliativo, a integração de instrumentos com base em uma perspectiva global e o respeito à identidade e à diversidade institucionais. Nessa perspectiva, o cerne da avaliação é a instituição como um todo e, assim sendo, o curso e o estudante são avaliados em função da totalidade institucional (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 209).

A Avaliação Institucional se desdobra em duas etapas fundamentais: a autoavaliação ou avaliação interna, conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA); e a avaliação externa, realizada por comissões designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Vale ressaltar que a autoavaliação se fundamenta como uma ferramenta importante na busca constante da melhoria da qualidade acadêmica no contexto da instituição, à proporção que poderá subsidiar os gestores no delineamento à definição de metas e ações.

Este estudo é um recorte de uma pesquisa mais ampla na temática da Autoavaliação Institucional, a partir do Sinaes, na Universidade Federal do Espírito

¹ Técnico-Administrativo em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Mestranda do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação (PPGMPE) da Ufes. Especialista em Revisão de Texto, em Metodologia do Ensino na Educação Superior e em Língua Portuguesa. Graduada em Letras Português. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Gestão, Trabalho e Avaliação Educacional (Getae).

² Professor Associado da Ufes atuando na Graduação e Pós-Graduação. Líder do Getae.

X Encontro Estadual da ANPAE-ES IV Reunião Estadual da ANFOPE

Gestão, Formação e Currículo Por uma Agenda Democrática

Santo (Ufes). Trata-se de uma abordagem avaliativa dos dados relativos ao indicador de acessibilidade, uma vez que este aparece em vários momentos nos instrumentos de avaliação externa, sendo utilizado pela CPA como parâmetro de avaliação e os dados decorrentes como ferramenta de gestão universitária. Têm-se o conceito de acessibilidade como a expressão de um conjunto de dimensões diversas, complementares e indispensáveis ao processo de efetiva inclusão, compreendendo o delineamento e a estruturação de recursos e serviços pela gestão da IES, haja vista que “a acessibilidade não mais se restringe ao aspecto arquitetônico, pois existem barreiras de vários tipos também em outros contextos que não o do ambiente arquitetônico” (SASSAKI, 2006, p. 67).

Para aferição dos requisitos de acessibilidade, em 2016, foi publicado pelo Inep o *Documento Orientador das Comissões de Avaliação in loco para Instituições de Educação Superior com Enfoque em Acessibilidade*. Nele, são elencados os diversos tipos de acessibilidades: atitudinal, arquitetônica, metodológica, programática, instrumental, nos transportes, nas comunicações e digital.

A relevância deste estudo está na verificação comparativa, com o documento orientador do Inep, do mapeamento da acessibilidade na Ufes, do modo como a acessibilidade é apontada nos Relatórios de Autoavaliação Institucional (RAI) de 2016 e 2017, em virtude de esse quesito aparecer como elemento que integra os critérios de análise de indicadores no Instrumento de Avaliação Institucional Externa.

Metodologia

Trata-se de um estudo qualitativo. Fez-se a opção pela fundamentação teórica da avaliação da educação superior e da Autoavaliação Institucional da Ufes, entre 2004 e 2017, atinente à acessibilidade; adotando o uso de pesquisa bibliográfica e documental e análise inferencial comparativa.

X Encontro Estadual da ANPAE-ES IV Reunião Estadual da ANFOPE

Gestão, Formação e Currículo Por uma Agenda Democrática

A fundamentação teórica acerca da avaliação do Ensino Superior no Brasil são as pesquisas de estudiosos brasileiros e, para este recorte, o autor sobre educação, autonomia e direitos das pessoas com deficiência, Romeu Kazumi Sasaki.

Ademais, foram verificadas as publicações do Inep que regulam os processos de avaliação da educação superior e efetuou-se a análise comparativa dos RAI dos anos de 2016 e 2017 e exigências do Sinaes, visando a investigar se os diversos tipos de acessibilidade foram contemplados no processo de autoavaliação da Ufes.

Resultados e Discussão

O RAI 2016 teve como metodologia o exame das fragilidades indicadas nos processos de avaliação externa e interna e a coleta de informações sobre ações efetivadas e planejadas para sanar tais fragilidades, enquanto que, para o RAI 2017, a CPA aplicou uma pesquisa com a comunidade universitária, fazendo uso dos formulários que compuseram o RAI 2013 e 2015, adotando-se itens que tiveram resultado “fraco”, “péssimo” ou “não conheço” como pontos de atenção e análise qualitativa. A metodologia adotada possibilitou que os tipos de acessibilidade fossem contemplados nos RAI, o que permitiu a identificação de meios e recursos necessários à melhoria da qualidade no que diz respeito aos aspectos relacionados à acessibilidade, bem como o diagnóstico de equívocos dos processos de avaliação tanto de cursos como institucional.

Compreende-se da análise dos RAI que a acessibilidade na Ufes foi avaliada pela CPA em todos os seus aspectos, a partir das dimensões do Sinaes e, conseqüentemente, a partir dos eixos e dimensões definidas pelos instrumentos de avaliação do Inep. Foi apontado nos relatórios que a resolução dos problemas de acessibilidade se caracteriza como ação de responsabilidade social no que se refere ao acesso das pessoas com deficiência, e que há fragilidades em larga escala na instituição.

X Encontro Estadual da ANPAE-ES IV Reunião Estadual da ANFOPE

Gestão, Formação e Currículo Por uma Agenda Democrática

O RAI 2017 sugeriu a elaboração de um Plano de Acessibilidade, abarcando os tipos de acessibilidade, de modo a contribuir para o desenvolvimento de ações que possibilitem o acesso, a permanência e a participação. Em 2018, atendendo à sugestão, a gestão da Ufes instituiu uma comissão especial que elaborou um plano de ações emergenciais, de curto, de médio e de longo prazos, utilizando o RAI como ferramenta de gestão no quesito de acessibilidade. O plano de ação contemplou, dentre outras ações que dialogam com o instrumento de avaliação de cursos e institucional: instalação de plataformas elevatórias; aquisição de equipamentos; instalação de sinalização; construção da sala de recursos e laboratório de acessibilidade da Biblioteca Central; construção e adequação de calçadas; plano de formação pedagógica para técnicos, professores e terceirizados; política de acessibilidade; instauração do plano de acolhimento, permanência e saída com êxito de pessoas com deficiência; e acessibilidade nos cursos a distância.

Conclusões

Assim como ocorre em outras IES em que as edificações não foram projetadas com a preocupação de acesso universal, anteriores às atuais exigências legais de acessibilidade (a Ufes tem a maioria de suas construções com mais de 60 anos), a Ufes necessita de adaptação arquitetônica para assegurar o pleno acesso. Isso constitui um grande desafio, haja vista que repercute nas questões orçamentárias. Todavia, há ações que independem do repasse de verbas, como as que podem incrementar a acessibilidade atitudinal, comunicacional, metodológica e programática. A Ufes possui o planejamento de melhorias nessas áreas (Plano de Acessibilidade), embora muito pouco tenha sido resolvido desde o mapeamento iniciado em 2016 pela CPA.

Há aspectos relacionados à acessibilidade que vinham sendo ignorados que, a partir da reestruturação do Núcleo de Acessibilidade da Ufes (Naufes) e da criação da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania (Proaeci), tomaram nova proporção no

X Encontro Estadual da ANPAE-ES

IV Reunião Estadual da ANFOPE

Gestão, Formação e Currículo

Por uma Agenda Democrática

planejamento, por exemplo: os serviços de intérpretes em Libras, o apoio psicopedagógico institucionalizado e a elaboração do Plano de Acessibilidade.

Ademais, constatou-se que a realidade pode ser modificada por meio de medidas que aumentem o acesso do público alvo da educação especial (estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação). Logo, a acessibilidade se constitui em recurso fundamental para a inclusão educacional, devendo estar presente em toda a trajetória do estudante: acesso, ingresso e permanência; o que beneficiará toda a comunidade acadêmica.

Destaca-se que a CPA se utilizou majoritariamente da opinião da comunidade universitária, das coordenações de curso e dos gestores. Isso indica que não houve verificação *in loco* das condições de acessibilidade, nem análise documental sobre as ações de acessibilidade implementadas, o que pode indicar um viés nos resultados, já que não houve possibilidade de fazer uma correlação entre a realidade, a política e a percepção pública sobre o assunto.

Referências

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional da Avaliação Superior – SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 2004.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Diretoria de Avaliação da Educação Superior. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Instrumento de Avaliação Institucional externa**. Brasília, 2017.

_____. _____. _____. Coordenação Geral de Avaliação de Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior. **Documento orientador das comissões de avaliação *in loco* para instituições de educação superior com enfoque em acessibilidade**. Brasília, 2016.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação e transformação da educação superior brasileira (1995-2009) do Provão ao SINAES. **Avaliação**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 195-224, mar. 2010.

X Encontro Estadual da ANPAE-ES
IV Reunião Estadual da ANFOPE

Gestão, Formação e Currículo
Por uma Agenda Democrática

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**. Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Plano de ação de acessibilidade atitudinal, arquitetônica, metodológica, programática, instrumental, nos transportes, nas comunicações e digital**. Vitória, 2018.

_____. Comissão Própria de Avaliação. **Relatório da Comissão Própria de Avaliação da Ufes Ano-Base 2016**. Vitória, 2016.

_____. _____. **Relatório da Comissão Própria de Avaliação da Ufes Ano-Base 2017**. Vitória, 2017.